

# Orientação profissional para adolescentes em conflito com a lei

## Professional guidance to adolescentese in conflict with the law

Marinina Gruska Benevides\*  
Daniele Gruska Benevides Prata\*

**RESUMO:** Este estudo examina os aspectos facilitadores e dificultadores da orientação profissional de adolescentes em conflito com a lei, considerando a experiência do Estado do Ceará em programas de qualificação profissional de adolescentes institucionalizados e as experiências das pesquisadoras relativas ao desenvolvimento de pesquisa-ação sobre orientação profissional para inclusão desses sujeitos no mundo do trabalho. A pesquisa-ação foi desenvolvida nas dependências do Centro Educacional Cardeal Aluísio Lorscheider (CECAL) e do Centro Educacional Patativa do Assaré (CEPA), em Fortaleza, e foi enriquecida com os dados da participação das autoras nos Seminários Estaduais sobre Descentralização de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade) e dos Cursos de Formação de Operadores do Sistema de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei do Ceará, realizados em diversas cidades do Estado do Ceará, ao longo dos anos de 2009 e 2010. Entre as principais conclusões deste estudo, estão a necessidade de constituir indicadores de avaliação de eficácia e de eficiência das ações desenvolvidas nas unidades de medidas socioeducativas e de desenvolver programas de orientação profissional que tenham como foco prioritário o sentido do trabalho para os adolescentes institucionalizados e as estratégias dialógicas de intervenção.

**Palavras-chave:** Políticas públicas de emprego e juventude. Adolescentes em conflito com a lei. Orientação profissional.

## I ntrodução

O Estado do Ceará está entre os pioneiros no País a desenvolverem ações de inclusão social produtiva dos adolescentes em conflito com a lei, mediante o desenvolvimento de parcerias com empresas privadas e organizações do terceiro setor. Os processos de qualificação profissional dos adolescentes institucionalizados seguem a tendência predominante nos de orientação profissional desenvolvidos no Brasil, qual seja, a de facilitar a escolha de uma profissão segundo as oportunidades do mercado de trabalho. O foco

no aprendizado de um ofício e na adesão a valores implícitos nos discursos administrativos das empresas figura como pano de fundo das diversas ações de orientação profissional desenvolvidas nas dependências das unidades de medidas socioeducativas do Estado do Ceará e permeando as práticas dos operadores dessas medidas.

Este estudo teve como objetivo analisar as ações de qualificação profissional dos adolescentes em conflito com a lei à luz da experiência do Estado do Ceará, considerando as percepções dos sujeitos institucionalizados nas dependências do Centro Educacional Cardeal Aluísio Lorscheider (CECAL) e do Centro Educacional Patativa do Assaré (CEPA), bem como dos operadores do sistema de medidas sócioeducativas do Estado. As percepções dos adolescentes foram colhidas por ocasião das oficinas de orientação para inclusão no trabalho, conduzidas pelas autoras, as quais contaram com o auxílio de estagiárias<sup>1</sup> do Curso de Psicologia da Universidade de Fortaleza. Para tanto, foram promovidas rodas de conversa destinadas a coletar dados relacionados aos objetivos da pesquisa, bem como conduzidas entrevistas individuais informais com os sujeitos, tomados aleatoriamente entre os participantes das rodas, para aprofundamento de dados. As percepções dos operadores do Sistema de Medidas Socioeducativas foram colhidas por ocasião do Seminário Estadual sobre Descentralização de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade) e do Curso de Formação de Operadores do Sistema de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei do Ceará<sup>2</sup>, ao longo dos anos de 2009 e 2010, nos quais atuamos como facilitadoras. Os dados colhidos por ocasião da pesquisa foram registrados em diários de campo e painéis elaborados por ocasião das oficinas, dos seminários e cursos. A análise dos dados seguiu critérios qualitativos de observação dos temas que mais se repetiam nas falas dos sujeitos e foi enriquecida com o exame dos assuntos que mais apareciam nas produções individuais e coletivas dos sujeitos, como redações, pinturas, desenhos, colagens e cartazes.

Mediante a comparação de todos os dados obtidos, foram avaliados os aspectos facilitadores e dificultadores da orientação para inclusão social produtiva dos adolescentes em conflito com a lei e elaboradas as conclusões deste estudo.

## **A experiência do Estado do Ceará em programas de qualificação profissional para adolescentes em conflito com a lei**

No Ceará, em meio ao conjunto de políticas públicas de juventude, atualmente, são desenvolvidos projetos e programas que buscam promover a inclusão

1 Entre essas estagiárias, merece destaque a atuação da então aluna e atualmente psicóloga Fernanda Campos Marinho no processo de facilitação de oficinas desenvolvidas no Centro Educacional Cardeal Aluísio Lorscheider (CECAL), a quem as autoras deste estudo são imensamente gratas.

2 Os seminários e os cursos ocorreram diversas versões, realizadas nas cidades de Fortaleza, Sobral, Juazeiro do Norte e Iguatu.

social produtiva dos adolescentes em conflito com a lei no mercado de trabalho. O Estado desponta como o pioneiro no País no que diz respeito a parcerias firmadas com empresas privadas e públicas para o desenvolvimento de ações voltadas para a garantia da capacitação profissional de jovens cumpridores de medidas socioeducativas em meio aberto e privativas de liberdade.

A capacitação profissional dos jovens cearenses, de modo geral, figura entre os objetivos da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Ceará (STDS). O projeto denominado *Primeiro Passo*, coordenado pela referida Secretaria busca promover a inclusão social e ampliação do acesso dos jovens ao emprego, por meio de cursos profissionalizantes nas áreas de Serviços, Turismo e Administração. O objetivo é dar aos adolescentes a chance de ingressar no mercado de trabalho, ter o primeiro emprego e, conseqüentemente, o acesso à emancipação social e à cidadania. A qualificação de jovens é feita em três linhas de ação: Jovem Bolsista, Jovem Aprendiz e Jovem Estagiário. O jovem bolsista recebe uma bolsa-capacitação, paga pelo Governo do Estado, e faz cursos na área de serviços, cujas aulas acontecem nas unidades do projeto, tais como as unidades militares e as associações de bairros de diversos municípios cearenses. Além da bolsa, recebe material didático, fardamento, lanche, vale-transporte, certificação e seguro de vida. O jovem aprendiz é mantido ocupado durante os três turnos - um na escola, outro no aprendizado nas empresas que têm parceria com o Governo e outro em cursos de capacitação nas áreas de Administração, Turismo e Produção, cuja duração é de um ano. As empresas parceiras se responsabilizam pela remuneração dos jovens encaminhados pelo Governo. Além da inserção no mercado de trabalho na condição de aprendiz, esses jovens recebem benefícios, como material didático, fardamento, lanche, vale-transporte e certificação. Os jovens estagiários passam por uma capacitação que abrange conhecimentos gerais básicos, antes do encaminhamento a empresas públicas e privadas, que se responsabilizam pela remuneração, durante o ano em que os adolescentes conciliam atividade da escola e do trabalho. Além da inserção no mercado de trabalho na condição de estagiário e da bolsa-estágio, esses adolescentes recebem fardamento, vale-transporte, certificação e seguro de vida.

Nas unidades de medidas socioeducativas do Estado do Ceará, fruto das parcerias estabelecidas entre a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) com a Secretaria de Educação Básica do Ceará (SEDUC), com empresas privadas e organizações do terceiro setor, os adolescentes institucionalizados têm diversas oportunidades de capacitação para o trabalho. Além do acesso ao conteúdo programático correspondente ao ensino fundamental e médio, participam de cursos de iniciação profissional e alguns são beneficiados com o aprendizado de determinados ofícios na condição de

aprendizes. A remuneração recebida pelas quatro horas diárias trabalhadas em empresas que possuem unidades produtivas nas dependências dos centros educacionais é de um salário mínimo. Parte da remuneração é depositada em caderneta de poupança, para que o montante seja sacado quando findo o internamento. O restante é entregue às famílias dos adolescentes, caso eles façam esta opção, o que geralmente ocorre.

Antes de serem contratados pelas empresas, por um período de 12 meses, os internos passam por uma seleção, que considera em especial a conduta que apresentam no local do internamento, e por um programa de capacitação. Em 2009, quando realizado o trabalho de campo que levantou subsídios para elaboração de novas perspectivas de orientação para inclusão no trabalho para adolescentes em conflito com a lei, estavam instaladas, nas dependências do Centro Educacional Patativa do Assaré (CEPA) e do Centro Educacional Cardeal Aluísio Lorscheider (CECAL)<sup>3</sup>, unidades produtivas das empresas Metal Mecânica Maia e Marisol Nordeste S.A., respectivamente.

Atualmente, a STDS firmou novos convênios que estão possibilitando a capacitação de mais de uma centena de jovens aprendizes, com carteiras de trabalho assinadas pelas referidas empresas e pelas empresas Pena Surf Wear, Dilady e Hope. Vale lembrar que, em 2010, foi formada no CECAL a primeira turma do Brasil em um centro educacional, sob a coordenação do Projovem Trabalhador/ Juventude Cidadã, programa do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em parceria com a STDS. Os 28 jovens que dela fizeram parte, dos quais seis já estão empregados pela empresa Marisol Nordeste S.A., compõem a nona turma de aprendizes de costura industrial. Desde 2006, esta empresa tem parceria firmada com a STDS, de modo que 235 jovens já participaram de cursos de corte e costura industrial no CECAL. Conquanto, ao término da medida sócioeducativa, haja a perspectiva de absorção de adolescentes como empregados das referidas empresas, a oferta de vagas está muito aquém da demanda.

Embora os operadores de medidas socioeducativas costumem mencionar a inexistência de estudos longitudinais acerca do perfil dos egressos dos centros destinados ao cumprimento de medida socioeducativa privativa de liberdade, os níveis de reincidência são compreendidos como altíssimos, e a estrutura familiar e comunitária disponível para evitar que os egressos se incorporem novamente ao mundo da criminalidade é considerada precária. A crença dos profissionais que atuam no sistema de medidas socioeducativas de que a maioria dos egressos comporá a população carcerária cearense ou fará parte das estatísticas de jovens mortos no Brasil tem como pressuposto o que é de domínio público.

3 O CEPA e o CECAL são das 12 unidades de atendimento a adolescentes em conflito com a lei existentes no Estado do Ceará e umas das 8 localizadas em Fortaleza, vinculadas à Célula das Medidas Socioeducativas da Coordenadoria de Proteção Social Especial da STDS. O CEPA, localizado na Rua Jurandir Alencar, 2255, no bairro Ancuri, em Fortaleza, é destinado a adolescentes do sexo masculino de 16 a 17 anos de idade, autores de atos infracionais de natureza grave que cumprem a medida socioeducativa de internamento de seis meses a três anos. O CECAL, situado à Rua Ipaumirim, 830, no bairro José Walter, em Fortaleza, é destinado ao internamento de jovens adultos do sexo masculino de 18 a 21 anos de idade, que cometeram atos infracionais de natureza grave, antes de completarem 18 anos. Embora a capacidade para atender internos seja de 60 vagas em cada uma das unidades, durante o período em que foi desenvolvida a pesquisa de campo, o número de internos era de 160 no CEPA e 243 no CECAL.

As estatísticas oficiais permitem relacionar facilmente a juventude com a violência, configurando a vulnerabilidade social que atinge, em especial, a população masculina jovem. Segundo dados do IBGE (2004 e 2005), entre os anos de 1980 e 2000, a maior concentração de óbitos por causas externas (homicídios, acidentes de transporte, suicídios etc.) estava na faixa de 15 a 39 anos e os adolescentes e jovens na faixa de 15 a 24 anos representavam 27% desses óbitos; de 1991 a 2000, a taxa de mortalidade masculina por homicídio com arma de fogo aumentou em 95% na população jovem; e de 1980 a 2003 continuou aumentando a taxa de jovens e de adultos jovens do sexo masculino por causas externas. De acordo com Ramos (2007), a cartografia da morte no Brasil entre os anos de 1980 e 2004 revela que a concentração de mortes violentas na população negra e as taxas de homicídio são mais altas em todas as idades da população, embora mais acentuadas entre 14 e 19 anos; a população jovem masculina, negra e pobre, é a vítima preferencial da morte em todo o País.

Num contexto de discriminações e desigualdades em todos os níveis, atualmente, o Ceará vivencia o que se convencionou chamar de “crise de segurança pública”, a qual se traduz não somente pela sensação de insegurança da população ou pelo medo de transitar em diversos espaços públicos. As estatísticas oficiais apontam que somente no primeiro quadrimestre de 2010 o número de homicídios cresceu mais de 50%, comparativamente ao mesmo período em 2009 e que ocorreram 593 homicídios na região metropolitana de Fortaleza contra os 415 do mesmo período no ano passado; nos últimos oito anos, a taxa de homicídios cresceu em 49,3%, numa média de 13 homens para cada mulher; de janeiro a julho de 2010, foram assassinados 164 adolescentes, o que torna Fortaleza a oitava cidade brasileira em número de homicídios praticados contra crianças e adolescentes; e, até 2012, se o ritmo da violência não for contido, o prognóstico é de que 811 sujeitos entre 12 e 18 anos de idade serão assassinados (DIÁRIO DO NORDESTE, 2010).

De acordo com o Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei – 2009, realizado pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Desenvolvimento Humano da Presidência da República, divulgados em maio de 2010, no Ceará há 943 adolescentes cumprindo medidas privativas de liberdade, dos quais 615 estão internados. Enquanto a estimativa é de que um adolescente custa cerca de R\$4.000,00 (quatro mil reais) por mês ao Estado, o investimento no sistemas de prevenção ou em medidas em meio aberto sairia por menos de um salário mínimo por mês.

Compreender esse grave panorama e considerar os desafios implícitos em ações de qualificação dos adolescentes institucionalizados para a inserção

no mundo do trabalho é essencial para subsidiar o desenvolvimento de programas mais eficazes. Por isso, é importante levar em conta o fato de que os programas de orientação profissional que não consideram o sentido social do trabalho e, mais especificamente, o sentido atribuído ao trabalho pelos sujeitos que desses programas participam tendem a produzir respostas padronizadas que objetivam apenas atender às expectativas do contexto institucional, a exemplo daqueles adolescentes que nos confessaram abertamente que apenas reproduzem o que a equipe dirigente e os técnicos da instituição gostam de ouvir, isto é, a ideologia de discursos administrativos sobre gestão pela qualidade total, empregabilidade, desenvolvimento de competências etc., os quais passam ao largo dos sentimentos, crenças e valores dos adolescentes institucionalizados.

## **A orientação profissional como perspectiva de lidar com os desafios do mundo do trabalho**

No Brasil, é mais comum associar os processos de orientação profissional à facilitação da escolha de uma profissão ou de uma carreira, de modo a compatibilizar interesses individuais com as oportunidades existentes no mundo do trabalho, sendo o trabalho do orientador centrado no sujeito que escolhe e não no significado social do trabalho (JENSCHKE, 2002).

Se entendermos a orientação profissional como facilitação de decisões de caráter educativo, formativo e ocupacional, objetivando a inserção no mundo do trabalho, compreendido este em sua acepção mais ampla e não como sinônimo de emprego formal, observa-se que este não é exatamente um tema novo.

Se desde a década de 1970 a educação profissional situou-se como uma proposta nas escolas e as abordagens psicológicas ligadas à psicometria operaram na lógica de medir característica dos indivíduos e compatibilizá-las com as profissões (JENSCHKE, 2002), inúmeras são as abordagens teórico-metodológicas em orientação profissional e as finalidades do processo. Estas variam segundo os contextos históricos e sociais; as demandas do mundo do trabalho; o perfil dos orientadores etc. Conforme explicam Soares e Krwulski (2002), recentemente, aumentou a demanda por processos de orientação profissional, em modalidades de intervenção grupal ou individual, como um provável reflexo da ampliação de possibilidades de escolha e das transformações na realidade ocupacional, quer se fale de sujeitos como os adolescentes e seus familiares; quer se fale de organizações como de escolas e de empresas; quer se fale de necessidades de orientação de carreira,

reorientação profissional ou apoio a vestibulandos. Embora muitos dos que procuram orientadores tragam a expectativa de realização de uma bateria de testes que possa definir qual a melhor profissão a seguir (SOARES E KRWLSKI, 2002), hoje os processos de orientação profissional se configuram de modo mais dinâmico com referenciais teóricos e metodológicos diversos.

Bock (2002) divide as teorias na área de orientação profissional em *teorias tradicionais, teorias críticas e teorias para além da crítica*. As *teorias tradicionais* seguem uma abordagem de caráter liberal que vincula indivíduos com profissões, estabelecendo modelos de perfis, sendo função do processo de orientação ajudar a pessoa a conhecer suas características pessoais e as características da profissão. Tudo se passa como se as profissões e o próprio sujeitos fossem estáticos, ou como se as oportunidades fossem iguais para todos, ou como se o orientador tivesse como missão ajudar o indivíduo a ser bem-sucedido. As *teorias críticas* surgiram no Brasil na transição do regime militar para a Nova República, apontando o caráter ideológico das teorias tradicionais ou liberais; os determinismos sociais da escolha profissional, não abordados pela Psicologia vocacional; as transformações no mundo do trabalho; o desemprego estrutural; as práticas de reprodução da ordem social vigente sem questionamento etc. Nesta linha de pensamento, Pimenta (1979) considera que a pessoa não pode ser reduzida ao ser psicológico, do mesmo modo que não se pode reduzi-la ao sociológico ou ao econômico, enquanto Ferreti (1980, 1988a e 1988b) propõe trazer para os processos de orientação uma visão mais ampla do trabalho, que pudesse considerar as relações entre o homem e a natureza; a estrutura e as relações sociais; a educação; as associações de trabalhadores e os sindicatos; os processos de seleção e discriminação de pessoas etc. As *teorias para além da crítica* pressupõem a superação da dicotomia indivíduo e sociedade, propondo uma abordagem denominada de “sócio-histórica”, segundo o pensamento marxista e as idéias de Vygotsky. Advoga a relação dialética indivíduo-sociedade, considerando que o indivíduo é, ao mesmo tempo, ator e autor de sua individualidade, a qual não deve ser confundida com o individualismo da proposta liberal; que as profissões e ocupações são mutáveis; que na escolha profissional há determinismo como a condição de classe. Assim, a orientação profissional deveria direcionar-se à promoção da saúde, compreendendo o sujeito em suas relações sociais e levando-o a entender que estas podem ser transformadas.

Conquanto do ponto de vista teórico tenha avançado a reflexão sobre a finalidade da orientação profissional; a modalidade grupal de atendimento tenha se tornado mais frequente, propiciando melhores condições para elaborações de sentimentos, troca de experiências, relato de vivências e construção de identidades sociais; e a escolha de técnicas seja favorecida

4 Da experiência nacional pioneira do Banco do Brasil S.A. de constituir um quadro de funcionários-psicólogos orientadores profissionais colaboradores da área de gestão de pessoas, a primeira das autoras deste artigo participou na condição de autora do Projeto de Orientação Profissional, que, posteriormente, veio a se tornar um programa na empresa, destinado ao direcionamento e redirecionamento de carreiras, conduzido por psicólogos orientadores profissionais. Referida autora deste artigo também participou da definição dos perfis de competência profissional do novo espaço ocupacional criado na empresa para psicólogos, tendo igualmente feito parte do quadro de orientadores profissionais da empresa até o momento de seu desligamento da empresa, o qual coincidiu com sua aposentadoria.

5 Tais discursos reforçaram ideias de desenvolvimento do “capital humano”, gestadas na década de 1960, juntamente com as novas ideias de “planejamento estratégico de carreira”, identificação de “âncoras de carreira”, “empregabilidade”, “gestão por competências”, “perfil de competências profissionais” de “especialistas generalistas” etc.

pelos inúmeros os referenciais teóricos utilizados, ligeira visão sobre a prática de orientadores profissionais revela que o processo permanece circunscrito a contextos educacionais, clínicos e organizacionais elitistas.

No final da década de 1990, a abertura de espaços organizacionais para psicólogos orientadores profissionais, por exemplo, foi, inegavelmente, uma conquista profissional importante dos psicólogos em todo o País<sup>4</sup>. Inúmeros psicólogos brasileiros passaram a vislumbrar perspectivas de trabalho em contextos organizacionais e procuraram se qualificar para atender as demandas empresariais que se tornaram mais frequentes. Em meio à busca de cursos de formação em orientação profissional, os discursos relativos aos modelos da gestão contemporâneos foram sendo disseminados por psicólogos especialistas em orientação profissional<sup>5</sup>. É difícil, no entanto, afirmar que a abertura de espaços organizacionais para a atuação de orientadores tenha contribuído para questionar o significado social do trabalho, o desemprego estrutural, as opções de inclusão social produtiva dos excluídos do mundo do emprego, a condição dos trabalhadores precarizados etc.

Nos anos de 1950 e 1960, a qualificação era pensada segundo uma perspectiva de desenvolvimento econômico, crescimento e diversificação do mercado formal de trabalho, considerando suas relações com o sistema de educação escolar. Desde então, as ideias de formação do “capital humano”, elaboradas por economistas dos Estados Unidos como Theodore Shultz (1974) e Frederic H. Harbinson (1974), fomentaram investimentos em instrução e desenvolvimento de habilidades-chave, para progresso de conhecimentos de recursos humanos, objetivando a modernização de setores da economia e a adoção de um estilo de vida e de consumo integrado ao padrão de desenvolvimento industrial. No Brasil, o fortalecimento do chamado “Sistema S”<sup>6</sup> absorveu as ideias dos referidos economistas. Ao longo dos anos de 1960 e 1970, a qualificação formal era atestada por diplomas, sendo o cálculo dos salários também pensado em função dos anos de escolarização.

Nos anos de 1990, num contexto de abertura de mercado às empresas e ao capital estrangeiro, desemprego estrutural, flexibilização das relações de trabalho e mudanças na organização e gestão do trabalho, a qualificação passou a se ligar a ideias de desenvolvimento de competências<sup>7</sup> e aos apelos à subjetividade dos trabalhadores, à capacidade de mobilização de saberes e atitudes necessários à resolução de problemas com autonomia e criatividade. A qualificação profissional passa a ser entendida como desenvolvimento de competências, de resolução de problemas de empregabilidade e sobrevivência empresarial, mediante o aumento da produtividade e da qualidade dos produtos e serviços oferecidos no jogo de forças do mercado internacional (BENEVIDES, 2002).



A abertura de espaços organizacionais para a atuação de psicólogos como orientadores profissionais está associada ao contexto no qual a modificação de estruturas mentais dos trabalhadores foi entendida como alternativa para o desenvolvimento das competências requeridas pela nova forma de estruturação dos processos produtivos.

Até que ponto, no entanto, o predomínio de psicólogos, na orientação profissional desenvolvida nas empresas e para inserção de trabalhadores nas organizações, contribui para a reflexão sobre o sentido social do trabalho de que nos falam Lisboa e Soares (2000) e, ainda, para pensar esses processos como uma responsabilidade compartilhada com profissionais de vários campos do saber? Até que ponto os cursos de formação de orientadores concederam ênfase a uma reflexão crítica sobre temáticas ligadas ao desemprego estrutural, à precarização das relações de trabalho, ao universo das organizações de trabalhadores e, em especial, aos excluídos tanto do mercado formal de trabalho quanto dos processos de orientação profissional? Até que ponto os orientadores profissionais funcionam muito mais como difusores dos novos discursos administrativos do que como agentes capazes de mobilizar reflexões sobre o mundo do trabalho, a educação para a vida profissional e as políticas públicas direcionadas para os segmentos excluídos da população?

Sabemos que os serviços de orientação profissional não se encontram disponíveis e muito menos incluídos em estratégias de prevenção, como, por exemplo, a da evasão escolar precoce, e que as questões enfocadas nas orientações desenvolvidas giram, mormente, à orbita do emprego assalariado e do empreendedorismo, sem que se problematize o contexto social que engendra dificuldades para construir a identidade profissional etc. Ademais, qualquer que seja a proposta de orientar escolhas educacionais, formativas ou ocupacionais traz consigo problemas específicos ligados a diversos fatores, entre os quais os relativos às características dos orientandos, a faixa etária em que se encontram os sujeitos, as grupalidades vividas, as redes de relações nas quais se articulam etc.

Ao abordar o desenvolvimento da orientação profissional no Brasil, Sparta (2002) permite entender-se que os jovens constituíram o foco das primeiras experiências datadas do início dos anos de 1920, quando foram disponibilizados serviços de orientação profissional para estudantes, em escolas. Com o surgimento dos cursos de Psicologia, tais serviços foram vinculados à Psicologia Clínica e transferidos para consultórios particulares, influenciados sobremaneira pela Psicanálise e pela estratégia clínica de orientação vocacional do psicólogo argentino Rodolfo Bohoslavsky, até hoje muito presente na prática dos orientadores brasileiros. Das primeiras experiências aos novos referenciais teóricos que estão sendo trabalhados no

6 O sistema criado na década de 1940 era composto por sistemas de formação profissional, como o Serviço Social de Aprendizagem Comercial, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e o Serviço Social da Indústria.

7 Para Zarifian (2001), o modelo de competências está centrado no indivíduo que aprende; quando se vê diante de situações concretas, é capaz de reflexão e iniciativas para formular as situações, assumindo a responsabilidade pelo trabalho que desempenha, comunicando-se com os outros e modificando as próprias estruturas mentais com as quais opera.

Brasil, os adolescentes figuram como público privilegiado das ações de orientação profissional. Mesmo que, segundo Ferreti (1980), a orientação tenha ficado restrita a informações profissionais ou que, consoante Uvaldo & Silva (2001), só com a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, tenha havido a abertura para integrar programas de orientação profissional ao currículo escolar, é fato que a adolescência e o período de transição para a idade adulta são considerados momentos de dúvida e indecisão no concernente à escolha de uma profissão.

O que se poderia dizer, todavia, de uma orientação voltada para adolescentes e jovens adultos para os quais a escola constitui um fracasso e a socialização no mundo da delinquência os fez assumir a identidade social de “vagabundo” e de “malandro” em oposição à identidade de “trabalhador”<sup>8</sup>?

As ações de qualificação profissional de adolescentes em conflito com a lei desenvolvidas nas unidades de medidas socioeducativas estão vinculadas ao Plano Nacional de Qualificação Profissional – PNQ, como ação política do Governo direcionada à qualificação profissional como direito do cidadão, que fazem interfaces com diversas políticas públicas de emprego, trabalho, renda e educação. Entre os objetivos do referido Plano estão: promover a inclusão social e reduzir a vulnerabilidade social; promover a formação integral dos trabalhadores; aumentar a probabilidade de obtenção de empregos e trabalho decente; elevar a escolaridade dos trabalhadores; aumentar a probabilidade de permanência no mercado de trabalho; elevar a produtividade e a melhoria de serviços prestados; consolidar os sistemas nacionais de formação profissional, emprego e educação etc.

Quando se privilegia, entretanto, a qualificação profissional como meio de promover a inclusão social de adolescentes em conflito com a lei, o que está mais em jogo é a perspectiva de inseri-los no mercado de trabalho formal ou informal como remédio para curar o mal da criminalidade. Logo, todas as maneiras direta ou indiretamente relacionadas à ressocialização desses sujeitos para a inclusão no mundo do trabalho, sob a forma de emprego ou de ocupação, restam compreendidas como ações de qualificação profissional. Antes de desenvolver competências como capacidades de mobilização de saberes complexos, mais urgente é a possibilidade de contribuir para a emancipação financeira dos adolescentes mediante a capacitação para determinado ofício, de modo que o trabalho e não a delinquência constitua opção para o acesso a bens materiais.

## Um processo mediatizado pelas palavras

No segundo semestre do ano de 2008, foram realizadas cinco visitas à Coordenadoria da Proteção Social Especial da STDS e três visitas à 5<sup>a</sup> Vara da

8 Benevides (2008) descreveu os processos implícitos no fracasso da escola, na formação da carreira dos adolescentes no mundo da criminalidade e na assunção da identidade de vagabundo e de malandro em oposição à identidade de trabalhador, à luz de pesquisas desenvolvidas em unidades de medidas socioeducativas, localizadas em Fortaleza.

Infância e da Juventude de Fortaleza. O objetivo das visitas à STDS foi colher dados sobre as ações de capacitação para o trabalho realizados nas unidades de medidas socioeducativas em Fortaleza e firmar termos de compromisso para o desenvolvimento do projeto de pesquisa sobre orientação para inclusão no trabalho, que ficou conhecido como “Projeto OIT”. As idas ao juizado da 5ª Vara da Infância e da Juventude de Fortaleza ocorreram antes daquelas à STDS. Além da coleta de informações sobre a situação dos adolescentes em conflito com a lei no Estado do Ceará, foi solicitada a anuência do Juizado para o desenvolvimento de pesquisa com os adolescentes institucionalizados. Assim, foram obtidas do Juiz de direito da Vara cartas de apresentação encaminhadas a todos os diretores de unidades de medidas socioeducativas de Fortaleza. Nas cartas, o magistrado destacou “a relevância do trabalho a ser desenvolvido”, “a possibilidade de apoio técnico para a ressocialização” dos adolescentes em conflito com a lei e autorizou a pesquisa, desde que “obedecidas as cautelas legais”.

Em 2009 e 2010, por ocasião do Seminário Estadual sobre Descentralização de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade)<sup>9</sup> e do Curso de Formação de Operadores do Sistema de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei do Ceará, promovidos pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Governo do Estado do Ceará, realizados nas cidades de Fortaleza, Sobral, Juazeiro do Norte e Iguatu<sup>10</sup>, foi possível colher relatos dos participantes sobre as dificuldades de inclusão dos adolescentes institucionalizados no mundo do trabalho e acerca da forma como eram percebidas as ações coordenadas pela STDS voltadas para este fim. Sendo assim, os profissionais que participaram dos seminários e dos cursos, isto é, os vinculados à STDS, aos centros de referência especializados de assistência social - CREAS e aos centros de referência de assistência social - CRAS, forneceram ideias importantes para a compreensão de aspectos facilitadores e dificultadores da inclusão dos adolescentes em conflito com a lei no mundo do trabalho. Vale dizer que a estratégia metodológica adotada nos seminários e nos cursos incluiu além de exposições dialogadas, dinâmicas de grupos, que mobilizavam a expressão das ideias dos participantes.

Os adolescentes aprendizes que atuavam nas empresas Marisol Nordeste S.A. e Metal Mecânica Maia, cujas unidades produtivas estavam instaladas, respectivamente, no CECAL e no CEPA, no primeiro semestre de 2009, foram escolhidos para fazer parte do grupo de sujeitos empíricos deste estudo, que participaram de oficinas de orientação para inclusão no trabalho, por nós conduzidas.

9 Os seminários tiveram a duração de dois dias e foram conduzidos por nós em parceria. Utilizando um diário de campo, fazíamos registros das falas dos participantes, ou seja, enquanto uma conduzia a atividade, a outra fazia anotações do que estava sendo dito.

10 Os cursos tiveram a duração de dois dias e foram todos conduzidos pela primeira das autoras deste estudo. Os registros em diário de campo das observações feitas pelos participantes foram realizados nos intervalos das atividades e no final do dia de curso.

Situando, desde a saída, que a pesquisa-ação faz parte de “um vasto mosaico de abordagens teórico-metodológicas” (FRANCO, 2005, p.483), no qual a pesquisa e a ação estão reunidas no mesmo processo e cujos procedimentos remetem ao compromisso do pesquisador com a ação comunicativa, a garantia de espaços de expressão e participação, facilitando a produção de conhecimentos, ao mesmo tempo em que pesquisadores e sujeitos do grupos empírico podem exercitar a capacidade de reflexão e crítica, foi adotada a estratégia metodológica das rodas de conversa.

No CECAL, foram promovidas 24 rodas de conversa, cada uma delas com duração de aproximadamente duas horas, perfazendo um total de mais de 48 horas de atividades. Cada roda de conversa era composta por oito a doze adolescentes e as atividades desenvolvidas tinham como pano de fundo o levantamento de dados para a consecução do objetivo central da pesquisa, qual seja, compreender o sentido que eles atribuíam ao trabalho e aos processos de qualificação profissional de que participavam nas unidades de medida socioeducativa.

Na qualidade de espaço instituído para diálogo, troca e socialização de experiências (AFONSO; ABADE, 2008), destinado a abordar questões e coletar dados relacionados aos objetivos da pesquisa, as rodas constituíram momentos privilegiados de mediação, exercício do diálogo, indutor e produtor de conhecimentos, facilitando a compreensão mais ampla dos sentimentos, valores e crenças dos adolescentes, com origem nos referenciais deles próprios. Ademais, a flexibilidade de emprego de várias técnicas na condução das rodas facilitou a emergência de projeções, conflitos, identificações e resistências dos sujeitos, bem como as nossas reflexões sobre os conteúdos latentes e os teores emergentes; e a comparação das diferenças individuais e semelhanças compartilhadas entre os membros do grupo.

Obviamente, quanto maior o nível de profundidade dos temas mobilizados numa roda de conversa, maior deve ser a habilidade do pesquisador para lidar com processos grupais, evitando que os momentos de reflexão se transformem em sessões psicoterápicas, embora, a rigor, seja sabido, como ensina Pichon-Rivière (1988), que, na prática, é muito difícil separar grupos onde ocorrem reflexões daqueles nos quais a proposta é terapêutica.

Como as rodas de conversa eram espaços específicos para a abordagem de questões relativas ao trabalho e à qualificação para o trabalho em que estavam envolvidos os sujeitos do grupo empírico, motivavam os adolescentes ao compartilhamento de opiniões, ao diálogo e à reflexão coletiva sobre a experiência, sentimentos, atitudes, crenças e valores de cada um dos membros do grupo.

O estímulo à participação coletiva, aos debates a respeito de inúmeras temáticas que iam emergindo acerca do mundo do trabalho, permitiam que os sujeitos pudessem se expressar facilmente, escutar os outros e refletir sobre si mesmos, ao tempo em que problematizavam dados da realidade, socializavam saberes e reflexões sobre ações.

Nas rodas de conversa, aproveitar as elaborações discursivas dos adolescentes, mantendo-as em enquadramentos adequados ao processo de reflexão sobre o sentido do trabalho e da qualificação profissional à qual os adolescentes tinham acesso, não foi tarefa simples. Exigiu elevado grau de flexibilidade, criatividade e plasticidade da nossa parte, bem como o compromisso de permitir que o sentido circulasse em meio às palavras. As dificuldades cognitivas e resistências para entrar nas atividades sugeridas foram superadas, aproximando claramente os adolescentes das temáticas abordadas, mediante a utilização de jogos, dramatizações, dinâmicas, apresentações de vídeos de curta duração, filmes, músicas, figuras etc.

O compromisso com a constituição de um espaço de entendimento e participação ativa dos adolescentes, no qual pudessem contribuir uns com os outros e os pontos de vista individuais fossem valorizados e enriquecidos com a opinião dos demais integrantes do grupo, foi formalizado por intermédio de um contrato assinado por nós e pelos adolescentes, em uma folha de cartolina, onde constava o consenso grupal do que era permitido e do que não era permitido ocorrer nas rodas de conversa. Esta folha de cartolina e todas as demais produções do grupo ficaram expostas na sala até a última roda realizada. As questões que seriam priorizadas em cada encontro eram, igualmente, fruto do consenso, sendo que ficávamos encarregadas de organizar atividades que pudessem mobilizar as rodas seguintes, segundo as sugestões dos integrantes do grupo.

Enquanto os diálogos iam se desenrolando, verificávamos que os adolescentes pensavam sobre as perspectivas de conquista da própria autonomia, se aproximavam de experiência com o trabalho e das dificuldades pessoais e coletivas, o que se manifestava sobremaneira nos momentos em que uns discordavam do posicionamento dos outros sobre questões problemáticas, avaliando aspirações que se revelavam não condizentes com a realidade existencial do grupo.

As conversas, igualmente, permitiam o compartilhamento de conhecimentos entre os integrantes do grupo e a reivindicações de que novos conhecimentos pudessem ser incorporados à dinâmica grupal, tais como aqueles que envolviam os critérios de aprovação em seleção de pessoas para as organizações, as entrevistas e os testes psicológicos que eram aplicados etc.

A participação coletiva nas questões que iam emergindo, era facilitada pela nossa atuação e pelo trabalho das estagiárias de Psicologia que estimulavam o aprofundamento de questões, pediam a opinião dos demais membros do grupo e faziam relações entre o que estava sendo dito com outros fatos conversados anteriormente: “Você poderia me explicar melhor isto?”; “Não entendi o que você quis dizer?”; “Você disse que praticar crime é um trabalho também. Então, tudo é trabalho?”; “O que vocês pensam sobre o que ele está dizendo?”; “Você está fazendo uma cara de quem não está concordando com isto. Estou enganada?”; “Do jeito que ele falou parece até com aquela música dos Racionais que a gente cantou aqui na semana passada”; “Quais as diferenças entre essas tatuagens que vocês fazem e as tatuagens dos outros trabalhadores e dos filhos de barão?” etc.

Palavras e perguntas norteadoras eram formuladas inicialmente, após a recuperação do que havia sido privilegiado nos diálogos da roda anterior. Diversos recursos eram utilizados a fim de facilitar a expressão individual, o diálogo e a interação dos participantes, como fragmentos de letras de música, vídeos, notícias de jornal, situações-problema, atividades de trabalhos de colagens, pintura em painéis, conversas em dupla e em pequenos grupos, palestras etc. A exemplo disto, numa das rodas foi exibida a síntese do que foi abordado na roda anterior e lembrado que havia sido combinado de conversar mais sobre o futuro profissional deles. Numa cartolina previamente preparada e mostrada ao grupo estava escrita a pergunta: “Como vejo meu futuro profissional?”. Foi, então, solicitado que os adolescentes individualmente pintassem um painel com a tinta acrílica e os pincéis disponibilizados uma imagem que representasse o próprio futuro, num painel de pano que estava estendido sobre uma mesa grande em torno da qual eles estavam reunidos. Realizado o trabalho, cada um falou sobre sua pintura e o diálogo envolveu a todos.

No final de cada roda, eram listados em folhas de cartolina os principais pontos abordados, os quais seriam recobrados quando do início da próxima roda.

Na facilitação das rodas de conversa, convém o pesquisador manter a escuta atenta, a atitude democrática e o compromisso em fazer o lugar da fala ser ocupado por todos, de fazer circular a palavra como instrumento de mediação privilegiado. O respeito aos diversos posicionamentos; a suspensão prévia de juízos de valor; a atenção aos não-ditos, aos silêncios, aos sentimentos impregnados nas palavras, bem como o estabelecimento de uma relação empática com os sujeitos, são condições essenciais para que se desenvolvam os sentimentos de pertença ao grupo, de modo que as vivências individuais sejam conectadas às vivências coletivas e produzidos sentidos

compartilhados, ao tempo em que cada membro do grupo pode rever os próprios sentimentos, valores, crenças, atitudes etc.

Foi o que pudemos observar, quando os adolescentes demonstravam segurança para abordar questões problemáticas, como o uso de substâncias psicoativas, ou para confessar receios de reincidência na prática de delitos, ao final do internamento.

Igualmente, verificamos a expressão de surpresas com as descobertas que realizavam, tais como aquelas referentes à compreensão do crime como fato social, as estratégias de exploração de crianças e jovens pelo crime organizado, os direitos do trabalhador etc., o que motiva reivindicações de prolongamento das sessões ou novos momentos para dialogarem sobre esses assuntos.

Do mesmo modo que os adolescentes, também revíamos os próprios sentidos, inclusive aqueles ligados às noções mais gerais, como as de tempo e espaço. Como exemplo disto, numa certa roda de conversa, pedimos que os adolescentes nos emprestassem um relógio para marcar o tempo de uma atividade grupal que havia sido proposta. Todo o grupo caiu na risada, com a nossa inclusão. Então, malgrado os anos de nossa experiência em “instituições totais”<sup>11</sup> ou o fato de lecionarmos na Universidade diversas disciplinas na área de Psicologia Institucional, era evidente que nossos valores relativos à administração do tempo se chocavam com a realidade daquele espaço, no qual os adolescentes eram inseridos na programação rígida da máquina administrativa, que regulava corpos, controlava aparências e confiscava bens como relógios. Ou, como descreve Goffman(2001), ao chegar a uma “instituição total”, o interno passa por um decurso de “mortificação do eu”, o qual vai suprimindo a “concepção de si mesmo” e a “cultura” não aceita pela sociedade, formada ao longo da vida familiar e civil. Para que estes “ataques ao eu” se processem, impõem-se o “despojamento” de seu papel na vida civil pela imposição de barreiras que afastam o interno do mundo exterior; o “despojamento” dos bens que possui, confiscados pela instituição; a imposição de regras de conduta que promovem seu “enquadramento”; a submissão a uma rotina rigidamente programada pela instituição; a formação de dossiês que constituem reserva de informações sobre o eu do interno etc.

A frequência dos adolescentes foi facilitada pelo fato de as rodas se constituírem como opções para ruptura da rotina institucional. Apenas eventos menos frequentes, como as audiências, visitas, consultas ou situações de isolamento dos que cometeram alguma falha disciplinar, impediam a participação dos adolescentes.

11 Expressão cunhada por Goffman (2001), para dizer de espaços institucionais caracterizados pelo fechamento, isto é, pelo controle das influências do mundo exterior sobre aqueles que neles estão na condição de internos, bem como dos efeitos subjetivos da inserção de sujeitos em espaços como os manicômios, prisões e conventos.

Tendo o duplo objetivo de colher indicadores para a investigação e facilitar o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre o trabalho e a qualificação profissional, os registros das rodas de conversa em diário de campo eram feitos, sempre que possível, imediatamente após o seu término, já que, por questões de ordem legal e também para evitar que os sujeitos ficassem inibidos, não foi possível realizar gravações.

Os dados registrados foram submetidos à análise temática, destacando as categorias mais recorrentes durante os diálogos e seus significados, bem como o contexto no qual os comentários eram feitos. De posse dos dados analisados, foram realizadas, ainda, dez entrevistas individuais informais, contendo perguntas abertas, com adolescentes tomados aleatoriamente entre os que fizeram parte das rodas de conversa no CECAL, objetivando aprofundar os dados colhidos. Foram, ainda, realizadas 24 entrevistas com os adolescentes internos no CEPA, além de observações do processo produtivo no qual estavam inseridos na empresa que lá atua. As observações e respostas às perguntas foram registradas em diário de campo.

Por fim, mediante a comparação de todos os dados produzidos pela investigação, foram vislumbrados dedutivamente os principais desafios a fim de que uma proposta de orientação para inclusão no trabalho para adolescentes em conflito com a lei possa produzir resultados pelo menos mais alentadores.

## Sentidos da qualificação profissional e do trabalho

São deveras escassos os dados disponíveis nas instituições para elaboração de metodologias de orientação profissional. Tantas se apresentam as ações referidas pelos profissionais atuantes no Sistema de Medidas Socioeducativas como ações de qualificação profissional que fica difícil avaliar seus conteúdos, acompanhar o desenvolvimento de cada uma delas e avaliá-las em termos de resultados.

Inexistindo até o presente momento um sistema capaz de articular dados relativos aos egressos dos processos de qualificação desenvolvidos nas unidades de medida socioeducativas com os indicadores produzidos por sistemas como o de Segurança Pública e o de sistemas públicos de intermediação de mão de obra, por exemplo, resta custoso, também, dizer da eficiência e da eficácia desses processos. Por outro lado, inexistindo dados, fica problemático eleger determinadas ações de qualificação como mais ou menos estratégicas.

Entre os serviços específicos de qualificação para o trabalho existentes no CECAL e no CEPA, há, ainda, oficinas como as de eletrônica, de rede



e de vime, cujos produtos são vendidos e parte do apurado retorna aos adolescentes em forma de salário. As ações de qualificação profissional focam sobremaneira a escolarização e o aprendizado de um ofício. Temas relativos à “empregabilidade”, como a motivação para o autodesenvolvimento e a prontidão para atender às expectativas das empresas, são priorizados. Segundo os adolescentes, estas são também questões permanentemente enfatizadas pelos representantes das empresas que supervisionam e orientam as atividades laborais nas unidades industriais instaladas no CECAL e no CEPA. A organização prescrita do trabalho insiste na importância da disciplina e da observância de normas e padrões de qualidade da empresa, bem como no equilíbrio emocional nas relações com os colegas de trabalho e superiores, como o caminho mais seguro para o sucesso profissional.

A receita de realização profissional mediante a adesão aos valores veiculados pelas empresas faz com que os adolescentes que nelas trabalham sejam convidados a “vestir a camisa” e corrobora a idealização das empresas. Uma vez capturados pelas imagens idealizadas das organizações e pela possibilidade de identificação com o ideal de se afirmarem como trabalhadores, pela perspectiva, ainda que remota, de incorporação aos quadros das empresas finda a medida socioeducativa privativa de liberdade, fica difícil fugir à organização do trabalho ou às normas prescritas para realização das atividades, até porque a consequência disto seria a exclusão dos adolescentes da condição de aprendizes.

Os adolescentes restam envolvidos numa situação de dissonância cognitiva, porque há um abismo imenso entre o otimismo presente na idealização das empresas e a realidade do desemprego estrutural. As tentativas de resolução da dissonância por meio de mecanismos de negação representam um profundo sofrimento, aumentando o sentimento de vulnerabilidade social dos adolescentes.

As relações entre desemprego e fragilização das relações familiares descritas por Castells (1999), fazem parte da experiência de vida dos adolescentes institucionalizados, da vulnerabilidade social à qual geralmente, desde tenra idade, estiveram expostos. Logo, não podemos correr o risco de confundir o que se expressa muito mais em termos de uma racionalização defensiva com o desejo ou a crença legítima dos sujeitos de se conformarem às idealizações. Uma racionalização, como sabemos, favorece a defesa contra a ambivalência ideoafetiva. Muitos discursos manifestados pelos adolescentes parecem ser organizados como mimese do que lhes é apresentado diariamente na situação de trabalho, sobretudo considerando que estas têm como pano de fundo a difusão de valores do toyotismo e os novos conceitos que permeiam os discursos

gerenciais contemporâneos: “qualidade total”, “autodesenvolvimento”, “trabalho em equipe”, “gestão participativa”, “cidadania da empresa”, “cidadania do trabalhador”, “motivação”, “liderança” etc. E, quando nas rodas de conversas, os adolescentes foram convidados a refletir sobre o significado do trabalho, a tendência inicial foi a de reproduzir os discursos administrativos aos quais têm acesso por ocasião das atividades laborais que desempenham e demais ações institucionais de qualificação profissional das quais participam (cursos, palestras, aconselhamentos dos técnicos etc.): “trabalhar com qualidade”, “ter responsabilidade”, “qualificação profissional”, “ter empregabilidade”, “ser disciplinado”, “trabalhar com organização”, “mostrar respeito pelos colegas e supervisores”, “ter bom relacionamento interpessoal”, “ter boa comunicação”, “cumprir ordens” etc.

Frequentes, entretanto, são as referências dos adolescentes à problemática internalização desses discursos, o que aparece em expressões tais como: “falta para mim paciência”; “tenho revolta”; “sou marcado pelos inimigos”; “amizade só aqui [referência à trégua estabelecida entre internos pertencentes a grupos rivais]”; “tenho vontade de parar de pensar e relaxar o corpo”; “queria esquecer os problemas, mas fico todo tempo pensando, parece até que estou ficando doido”, “queria mudar de bairro, de cidade, morrer logo e mudar de mundo, para começar tudo de novo”; “tento ter autocontrole e seguir os conselhos” etc.

Para os operadores do sistema de medidas socioeducativas, qualificar adolescentes em conflito com a lei é uma questão muito complexa, que não se esgota em termos do aprendizado de determinado ofício, mas a perspectiva de “empregabilidade” é melhor do que não fornecer perspectiva alguma.

Para muitos os adolescentes, a “empregabilidade” deles está relacionada ao “trabalho delinquente”. Uma espécie de “jogo do mais e do menos” ronda os discursos sobre o trabalho que os adolescentes elaboram. Como eles dizem, a delinquência é “o trabalho de vagabundo” e “vagabundo já está acostumado com esse trabalho”. É “um trabalho que dá muito trabalho” e envolve diversas capacidades, pois é necessário “estudar direitinho”, “observar a vítima”, “planejar tudo, para não dar vacilo”, “ter paciência”, “se arriscar”, “não ser medroso” etc., entretanto, “dando certo, é rochedo [bom], limpeza” e “não é trabalho para qualquer um”, “é muita adrenalina”, “não dando certo, nego se fode todo”, porque “trabalho de vagabundo é isso mesmo” e “às vezes, vacilou morreu”. É um “trabalho” que, também, apresenta vantagens: a possibilidade de fixar o próprio ganho e a não submissão à disciplina e à rotina: “o bom é que trabalha só quando quer”, “quando não quer não trabalha”, “se souber se arriscar, dando tudo certo, pode ficar estribado [rico]” e “só otário trabalha pelo salário [mínimo]”.

O discurso dos adolescentes sobre o trabalho ao qual pretendem ter acesso ao final da medida socioeducativa está vinculado às funções de poder e prestígio como de gerentes e supervisores, as quais superam as possibilidades reais que eles possuem. São aquelas que podem dar acesso imediato a bens materiais que mudariam, pelo menos no plano imaginário, os estigmas vinculados à pobreza. Devemos tomá-las, porém, muito mais como indicativas de baixa autoestima do que de baixa autocrítica, até porque os adolescentes sabem que o exercício dessas funções, mais do que qualificação técnica, exige níveis de escolaridade, conhecimentos, habilidades e atitudes que eles não possuem. Por outro lado, a forma de os representantes das empresas lidarem com essas idealizações é o encorajamento dos ideais de superação, o que poderia ser traduzido pela máxima “querer é poder”, “se ele conseguiu, você também pode”. Exemplos de casos de sucesso geralmente são utilizados, embora, a rigor, estes sejam muito raros. Os eventos de fracasso são evitados.

Quando foram convidados a pensar no futuro fora do internamento e a materializar este pensamento em painéis por meio de pinturas, as imagens que apareceram quando não eram da própria morte eram de perspectivas de constituírem famílias unidas e afetivas e de acesso a bens materiais básicos e a um trabalho honesto para sustentar a mulher e os filhos. A produção de imagens pareceu muito mais fácil do que falar sobre o futuro. O tom da voz embargava, os olhos tinham brilho de lágrimas, o riso era nervoso ante a certeza da carência de recursos exigidos para transformar a própria realidade fora da situação de internamento. O retorno ao mundo da criminalidade era claramente vislumbrado.

## Conclusões

A escassez de dados para elaboração de metodologias adequadas à realidade dos adolescentes é um problema a superar. Processos de orientação profissional são insuficientes para atender a demanda. Para muitos não estão disponíveis, em especial para aqueles que abandonaram prematuramente a escola ou que se inseriram precocemente no mundo do trabalho e no universo da criminalidade.

Nas unidades de medidas socioeducativas pesquisadas, os dados são escassos. São tantas as ações referidas pelos sujeitos do grupo empírico como ações de orientação profissional que é difícil avaliar os objetivos e resultados delas advindos, as metodologias empregadas e os pressupostos que as orientam. O sentido de orientação profissional elaborado pelos operadores do sistema de medidas socioeducativas aparece muito mais restrito ao sentido de qualificação para o exercício de determinado ofício do que centrado

nos adolescentes, no significado social do trabalho e na significação que o trabalho prescrito institucionalmente adquire para os adolescentes.

A produção de indicadores para avaliar as ações desenvolvidas nas unidades de medidas socioeducativas pode representar um avanço, considerando a perspectiva de melhoria do trabalho ora desenvolvido junto aos adolescentes institucionalizados. Igualmente, parece ser importante capacitar os operadores de medidas socioeducativas para o exercício da orientação profissional, considerando a realidade existencial dos adolescentes institucionalizados e as perspectivas dialógicas de intervenção.

Artigo  
Recebido: 03/10/2012  
Aprovado: 13/11/2012

**Keywords:** youth;  
alterity, law,  
pluralism, political  
mestizo.

**ABSTRACT:** This study presents the aspects that facilitate or hamper career guidance for adolescents in conflict with the law, considering the experience of the state of Ceara in professional qualification programs of institutionalized adolescents and experiences of the researchers on the development of action research on career guidance for inclusion of the adolescents in the world of work. The action research was developed on the houses of custody and was enriched with data from the participation of the authors in the State seminars and courses on socioeducational measures, conducted in several cities in the state of Ceara, along the years 2009 and 2010. The main conclusions of this study are the need to build indicators for evaluating effectiveness and efficiency of the actions undertaken in the houses of custody and to develop vocational guidance programs considering the meaning of work for institutionalized adolescents and the dialogical strategies of intervention.

## Referências

ABADE, Flávia et al. Direitos Humanos nas Rodas de Conversa: uma estratégia de promoção de reflexão com sujeitos-cidadãos. Texto apresentado no Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, Rio de Janeiro, Outubro/Novembro de 2007.

AFONSO, Maria Lúcia M. & ABADE, Flávia. Para reinventar as Rodas. Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM), 2008. Publicação eletrônica.

\_\_\_\_\_. Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2008.

\_\_\_\_\_. Metodologia de trabalho - Intervenção psicossocial. Revista Pensar BH (edição Criança Pequena), Nov 2002.

AZEREDO, Beatriz. Políticas públicas de emprego: a experiência brasileira. Introdução ao estudo das políticas públicas de emprego. Organização de Cláudio Salvadori Deddecca. – São Paulo: Associação Brasileira de estudos do trabalho – ABET, 1998. (coleção teses & pesquisas, v. 1).

AZEREDO, B. Políticas públicas de emprego: a experiência brasileira. São Paulo: Abet, 1998.

BENEVIDES, Marinina Gruska. Entre ovelha negra e meu guri: pobreza, família e delinquência. São Paulo: Annablume, 2008.

\_\_\_\_\_. “Liberdade é escravidão”: uma visão orwelliana das histórias e memórias do processo de transformação institucional do Banco do Brasil (1984-2000). Fortaleza: LCR, 2002.

BOHOSLAVSKY, R. Orientação Vocacional, a estratégia clínica. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes Ltda., 1993.

\_\_\_\_\_ (organizador). A orientação vocacional: teoria, técnica e ideologia. São Paulo: Cortez, 1993.

BOCK, S. D. Orientação profissional. A abordagem sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2002.

CARVALHO, M. M. J. Orientação profissional em grupo. Teoria e técnica. Campinas: Editora Psi II, 1995.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Caserna e academia juntas. (Retrospectiva 2010), DIÁRIO DO NORDESTE (Política), Fortaleza: Ceará, 31 de dezembro de 2010, p. 18.

FERRETTI, C. J. Opção trabalho: trajetórias ocupacionais e trabalhadores de classes subalternas. São Paulo: Cortez, 1988a.

\_\_\_\_\_. Uma nova proposta de orientação profissional. São Paulo: Cortez, 1988b.

\_\_\_\_\_. O processo de orientação profissional dentro do processo de ensino-aprendizagem. Prospectiva: Revista de Orientação Educacional, 1(6), 1980.

FRANCO, M. A. S. Pedagogia da Pesquisa-Ação. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n.3, p.483-502, 2005. Disponível em: SciELO - Scientific Electronic Library On-line Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 28 out. 2006.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, Prisões e Conventos. Tradução de Dante Moreira Leite. 7 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

HARBISON, Frederick H. Mão-de-obra e desenvolvimento econômico: Problemas e estratégia. In: PEREIRA, Luiz (org.). Desenvolvimento, trabalho e educação. 2ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

IBGE. Síntese dos indicadores sociais. 1998 a 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 1999 a 2005.

JENSCHKE, B. Educação profissional em escolas em uma perspectiva internacional. In R. S. Levenfus & D. H. P. Soares, Orientação vocacional ocupacional: Novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a clínica, a escola e a empresa (pp. 23-31). Porto Alegre: Artmed, 2002.

LANE, Silvia T. M. O processo grupal. In: LANR, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (orgs.). Psicologia Social: o homem em movimento. 13ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

LVENFUS, R. S. e cols. Psicodinâmica da escolha profissional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1977.

LISBOA, M.& SOARES, D.H.P. Orientação profissional em ação. Formação prática de orientadores. São Paulo: Summus, 2000.

MUNIZ, Jacqueline. Direitos Humanos na polícia. In: LIMA, R.S. & PAULA, L. de. (orgs.). Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo seu papel? São Paulo: Contexto, 2008.

PICHON-RIVIÈRE, E. O processo grupal. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

PIMENTA, S. G. Orientação vocacional e decisão: estudo crítico da situação no Brasil. São Paulo: Loyola, 1979.

RAMOS, C. A. Notas sobre políticas de emprego. Brasília: Ipea, 1997a (Texto para Discussão, 471).

———. Sistemas públicos de emprego: a experiência de três países da OCDE. Brasília: Ipea, 1997b (Texto para Discussão, 511).

RAMOS, C. A., FREITAS, P. S. Sistema público de emprego: objetivos, eficiência e eficácia – notas sobre os países da OCDE e o Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília: Ipea, n. 17, 1998.

RAMOS, Silvia. Juventude, violência e novas respostas no Brasil: a experiência do Projeto Juventude e Polícia. Cadernos Adanauer (Geração Futuro),v.2, agosto de 2007.

RUA,M.G. As Políticas Públicas e a Juventude dos Anos 90 In: Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas.Brasília : CNPD, v.II, 1998.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Violências e conflitualidades. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009. (Série Sociologia das Conflitualidades, 3).

SCHULTZ, Theodore W. Educação como investimento. In: PEREIRA, Luiz (org.). Desenvolvimento, trabalho e educação. 2ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

SOARES, D. H. P. & KRAWULSKI, E. Modalidades de Trabalho e Utilização de Técnicas em Orientação Profissional. In: LEVENFUS, R. S.; SOARES, D.H.P.S. & COLS. Orientação Vocacional Ocupacional: novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a clínica, a escola e a empresa. São Paulo: Artmed, 2002.

SOARES-LUCHIARI, D. H. P. (org.) Pensando e vivendo a orientação profissional.São Paulo: Summus, 1993.

SPARTA, M. O desenvolvimento da orientação profissional no Brasil. In: Revista Brasileira de Orientação Profissional, v. 4, n. 1/2, Edição Especial. São Paulo: Vetor Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. Orientação Vocacional Ocupacional: novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a clínica, a escola e a empresa. São Paulo: Artmed, 2002.

UVALDO, M. C.C. & SILVA, F.F. Orientação profissional: uma experiência na escola. Labor: Revista do Laboratório de Estudos sobre o Trabalho e Orientação Profissional, 2001.

ZARIFIAN, P. A. Objetivo competência: por uma nova lógica. Tradução: M.H.C.V.Trylinski. São Paulo: Atlas, 2001.

